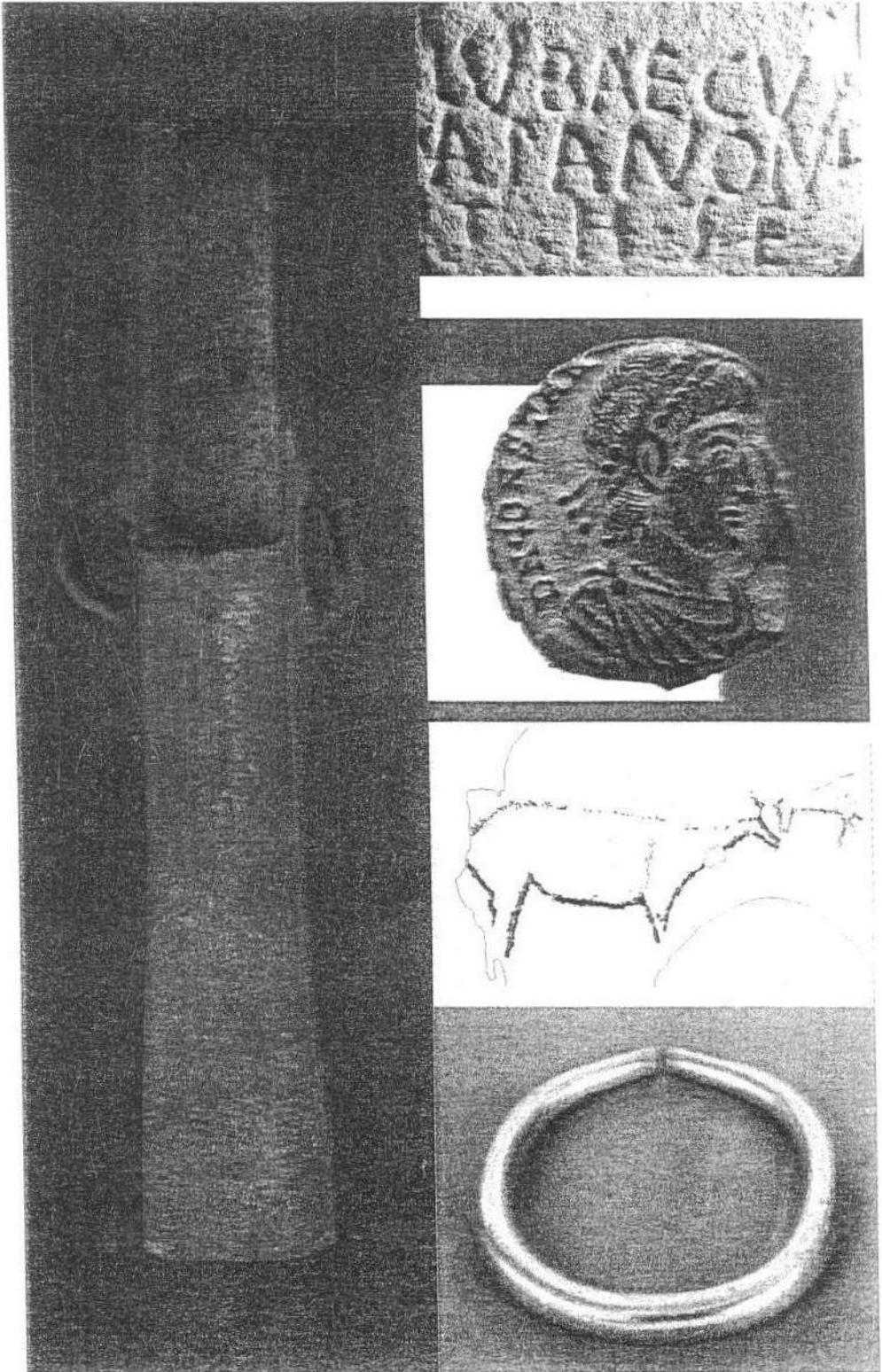


EBVROBRIGA

História . Arqueologia . Património . Museologia

Revista do Museu Arqueológico Municipal
José Monteiro
do Fundão



EMERITA E CIVITAS IGAEDITANORVM UMA RELAÇÃO BEM REGISTADA NA EPIGRAFIA

José d'Encarnação*

Em conferência proferida na Faculdade de Letras de Coimbra, a 17 de Março de 2004, o investigador Iñaki Martín de Viso discreteou sobre o passado de avanços e recuos da fronteira luso-castelhana-leonesa nos séculos XI e XII, ao sabor dos interesses político-económicos e, até, religiosos. Recordou ser a fronteira uma linha ideal politicamente traçada pelos governos centrais, mas que, na realidade, como tal não era sentida pelas populações, tanto mais que fronteira não é uma linha, é um espaço e é um espaço dinâmico.

E se esta noção a aplicava o investigador espanhol de modo particular a Riba-Côa e ao seus territórios limítrofes de um lado e doutro da actual fronteira oficial entre pos dois países, o certo é que, precisamente para toda essa região, existem, desde há muito, controvérsias acerca do que se teria passado também em termos de fronteira no longínquo tempo dos Romanos.

Sabemos que estamos em território lusitano; disso não há grandes dúvidas. Contudo, o rol de etnónimos constantes no chamado «padrão dos povos» encontrado em Chaves e o outro rol que se lê na placa da ponte de Alcântara têm suscitado controvérsia e levantado inúmeras questões. A primeira, como se sabe, disse respeito à sua autenticidade,¹ pois ambos os documentos que restam são cópias de originais perdidos. De Chaves se encontrou, no leito do rio Tâmega, mesmo sob a ponte onde se implantara a cópia, o que poderá ter sido o monumento original;² sobre o texto de Alcântara alguma suspeição ainda se poderia manter, mormente após Helena Gimeno ter encontrado manuscritos que podem sugerir uma versão de época moderna da inscrição do lintel do templete localizado a nascente da ponte.³

E se a pertença desta Beira Interior à Lusitânia não merece, apesar de tudo, significativa contestação ou mesmo nenhuma contestação o mesmo se não passa quando uma outra questão se põe: em que conventus, afinal, se deve ela integrar: o Emeritensis, de capital em Mérida (Emerita Augusta), ou o Scallabitanus, com sede em Scallabis (hoje, definitivamente identificada com o local de Santarém)?

Vista do ângulo aberto por Iñaki Martín de Viso ainda que para tempos medievais a questão até parece meramente académica. E sé-lo-á talvez, pois que nos interessa, agora, em pleno dealbar do 3º milénio d. C., saber se os povos daqui, há dois mil anos atrás, dependiam administrativamente de uma ou de outra cidade? São, porém, interrogações deste teor que fazem a História, criam a consciência colectiva, determinam... Curiosidades!

1- Cf., a título de exemplo, GARCÍA IGLÉSÍAS (Luis), «Autenticidad de la inscripción de municipios que sufragaron el puente de Alcántara», *Revista de Estudios Extremeños* 32 1976 263-275.

2- Cf. SILVA (Armando C. F. da), «Novos dados sobre a organização social castreja», *Portugália* n. s. 2-3 1981-1982 90-93

3- GIMENO PASCUAL (Helena), «La inscripción del dintel del templo de Alcántara (CIL, II, 761): una perspectiva diferente», *Epigraphica* 57 1995 87-145.

Assim, em mesa-redonda reunida em Bordéus, de 8 a 9 de Dezembro de 1988, subordinada ao tema «As cidades da Lusitânia romana hierarquias e territórios» a primeira de uma série de que a sexta se celebrará, este ano de 2004, em Cascais, no próximo mês de Novembro os investigadores nela presentes, depois de cuidadosa ponderação de argumentos, concordaram em elaborar um mapa que inseriram entre as páginas 328 e 329 do livro de actas.⁴ A fronteira do conventus Emeritensis viu-se, assim, substancialmente alargada em relação ao que até aí se propusera, abrangendo, a ocidente, territórios como o de Viseu, Idanha-a-Velha, Ammaia (no concelho de Marvão) e parte significativa do Nordeste alentejano, porquanto aí se haviam encontrado, designadamente no aro de Monforte, inscrições com menção da tribo Papíria, que era a da capital provincial.

Ora, fora precisamente a referência a um cidadão dessa tribo, expressamente apresentado como emeritense, *Quintus Tallius* de seu nome,⁵ que contribuiu para acentuar, de modo evidente, as relações entre a Civitas Igaeditanorum e Emerita. A oferta de um quadrante solar (*orologium*), solenemente aceite pelos magistrados locais, no ano 16 antes da nossa era o que faz da epígrafe que a perpetuou um dos monumentos epigráficos mais antigos da Lusitânia portuguesa chegou mesmo a ser interpretada por Robert Étienne como a vontade clara dos responsáveis imperiais em que a civitas Igaeditanorum se pautasse doravante pela hora oficial romana: a oferta do relógio, «vinda de um cidadão de Emerita, prova a vontade da capital provincial de 'acertar a hora' de uma comunidade situada a cerca de 160 quilómetros de Emerita».⁶ E se esta interpretação não deixa de ter, como tal, algum idealismo, o certo é que bem poderia *Quintus Tallius*, sob a capa de um simples gesto de benemerência, esconder ou abertamente confirmar laços de teor jurídico-administrativo, relações de índole económica, alianças familiares. Certo é, porém, que o gesto deteve pompa e circunstância, os magistri fizeram questão em que o seu nome ficasse perpetuamente associado ao facto e a placa que epigraficamente o imortalizou deve ter sido afixada em local público e de relevo, decerto em importante monumento sito no fórum da cidade.

Poderia, à primeira vista, parecer estranho que ora se estivessem a repisar, aqui, estas ideias, de todos os investigadores da época romana (e não só) praticamente já aceites sem reservas. Sê-lo-ia, de facto, não fora a descoberta, já no ano 2000, no Monte de S. Martinho, freguesia e concelho de Castelo Branco, sítio de amplos vestígios arqueológicos, que apontam no sentido de se tratar de concorrido local de culto à época romana,⁷ de um deveras interessante epitáfio datável do século

4- Cf. *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, Éditions du CNRS, 1990. Collection de la Maison des Pays Ibériques, nº 42.

5 - Tenho por diversas vezes chamado a atenção para o facto de a fotografia da peça mostrar claramente que estamos perante um Tallius, gentilício outras vezes documentado, e não um 'estranho' Iallius, pois que é bem visível a barra superior do T. Cf., a título de exemplo, *Conimbriga* 30 1991 180-181

6 - ÉTIENNE (Robert), «L'horloge de la civitas Igaeditanorum et la création de la province de Lusitanie», *Revue des Études Anciennes* 94 1002 (3-4) 355-362 (p. 359).

7 - Cf. J. de Alarcão, *Roman Portugal*, Warminster, 1988, vol. II, fasc. 1, p. 76 (sob o nº 4/492).

8 - Na edição de 24 de Abril de 2003 do jornal *Reconquista*, de Castelo Branco, p. 39, sob o título «Epigrafia latina de Castelo Branco».

I da nossa era. Estudou-o Fernando Patrício Curado, investigador a quem a Beira Interior tanto deve, nomeadamente, pelos inúmeros achados epigráficos que tem dado a conhecer e outros que brevemente (estamos em crer) dará à estampa atribuindo, porém, a uma das palavras nele patentes um significado diverso daquele que eu depois propus.

Leu F. Patrício Curado:

BOVTIVS PELLI · F(ilius) / H(ic) · S(itus) · E(st) · S(it) · T(ibi) · T(erra) · L(evis)
GENT(ilitas) · [IL] / AESVRIORVM [· F(icit)]

Nessa linha de pensamento, estávamos perante o epitáfio de um Búcio, filho de Pélio, cuja memória «a gentilidade dos Ilaesúrios» decidira perpetuar. A onomástica era indígena, ambos os antropónimos (Pellius e Boutius) detêm testemunhos documentados na região, a «gentilidade» é que era novidade, pelo que F. P. Curado sublinhou, com inteira razão:

«[...] A principal informação que este monumento nos transmite é não apenas a identificação de mais uma unidade suprafamiliar a gentilidade dos Ilaesuri, mas também o facto de ser ela própria quem manda levantar o monumento em memória de Boutius, um dos seus membros».

Considerando, em seguida, a hipótese de o etnónimo derivar do antropónimo Elaesus, documentado na zona galaica, aquele investigador explica:

«Evidentemente, o nosso “Ilaessúrrio”, se não fosse daqui originário, poderia eventualmente ser um galaico migrante, o que explicaria a intervenção dos parentes da sua gentilidade na construção do monumento funerário».

Concordo: o grande interesse e, simultaneamente, a grande incógnita da inscrição é a interpretação do final da linha 2. E sobre ela acabei por me debruçar detidamente no referido texto de Conimbriga, que ora peço licença para seguir de perto, na sua conclusão, pois que a mim me parece claro que foi escrito CENTI ou CENTIS, uma forma da palavra gens, que significa, genericamente, «família». Por outro lado, o texto encontra-se bem paginado, não se compadeceria com uma translineação grosseira, deixando as iniciais dum nome tão importante no final da linha anterior; por isso, interpretei AESVRIORVM, sendo, portanto, a minha leitura a seguinte:

BOVTIVS PELLI(i) · F(ilius) / H(ic) · S(itus) · E(st) · S(it) · T(ibi) · T(erra) · L(evis) ·
GENTI[S] / AESVRIORVM

Aqui jaz Búcio, filho de Pélio. Que a terra te seja leve. Da família dos Esúrios.
A palavra *Aesurii* lembra *Aesyros*, rio da Bitínia; mas é também susceptível

9 - In Conimbriga 42 2003 123-128. O monumento foi oferecido à Câmara, com destino a um espaço museológico municipal, pelo proprietário dos terrenos donde ele proviera, Sr. Manuel Antunes. A foto que apresento foi-me gentilmente cedida primeiro pela redacção do Jornal do Fundão, onde inicialmente foi publicada, a ilustrar uma reportagem (edição de 15-2-2002), e depois por responsáveis dos serviços de Cultura da Câmara de Municipal de Castelo Branco; é da autoria de F. Patrício Curado.

10- ILER = J. VIVES, Incripciones Latinas de la España Romana, Barcelona, 1972. HAE são as siglas da revista madrilena, ora extinta, Hispania Antiqua Epigraphica. Os números indicam o número da inscrição nesses corpora.

de relacionar-se com a família dos *Aesyrii*, de que temos testemunhos precisamente em Mérida: uma inscrição (ILER 6243 e HAE 1008) regista *Aesyria Epithumete* e *Aesuria Epithumete*,¹¹ mui provavelmente duas libertas da mesma família; a epígrafe nº 13.277 do Museo Nacional de Arte Romano documenta um *Aesyrius Rufus* e também há registo de uma *Esyriae Fusc[ulae]*.

E creio estar aqui a chave para resolver o enigma: é mesmo de interpretar-se «da família dos Esúrios».

Esta família estava em Mérida, afigura-se-nos importante (por deter libertos) e um ramo dela aqui se estabeleceu e criou raízes entre a população indígena. O facto de a indicação de que *Boutius* a ela pertence vir no final da inscrição e nada mais haverá na pedra detém uma significação dupla: pertence a esta família o defunto e a ela pertence também o próprio túmulo. Búcio terá sido o primeiro a nele ser sepultado; os corpos dos demais membros da família vindos para estas paragens e, aqui falecidos, irão, neste sepulcro, fazer-lhe companhia.

E ficaram, assim, corroboradas, mais uma vez, as referidas estreitas relações entre os emeritenses e as gentes do território da *civitas Igaeditanorum*. Afinal, a oferta do emeritense *Quinto Tális*, no ano 16 a. C., não fora, decerto, mero acto de benemerência isolado: correspondia, sem dúvida, à vontade de consolidar laços que se revelavam importantes, dos mais variados pontos de vista. Inclusive familiares.



Fernando Patricio Curado

11- Cf. J. M. GARCÍA IGLÉSIAS, *Inscripciones Romanas de Augusta Emerita* (tese inédita), nº 207.

12- Sobre a presença de onomástica de conotações gregas na população da *civitasgaeditanorum*, tecei considerações em «Libertos no termo da Egitânia romana». *Materiais*, II série, nº 0 (Agosto 1996), vol. 2, p. 13-19.